

JUL 1990

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



09 JUL 1990

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito-Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlando Marques

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

JORNAL DA TARDE

Para não morrermos na praia

Com a liberação dos preços da maioria dos produtos que constavam da cesta básica da Sunab, na quarta-feira passada, o presidente Fernando Collor de Mello praticamente completou o processo de instalação no Brasil de uma economia de mercado, inaugurado com o programa de estabilização econômica e com a nova política industrial que reabre nossos portos, expõe nossas empresas à concorrência internacional e nos obriga, pela primeira vez em muitas décadas, a buscar a modernização pela produtividade, pela qualidade e pelo preço baixo.

A consequência natural de um conjunto de medidas revolucionário como esse, a médio e longo prazo, é permitir a estabilização da economia brasileira, a retomada do crescimento sustentado da economia e a conquista para a população do País dos mesmos fantásticos níveis de riqueza e bem-estar de que desfrutam hoje os habitantes dos Estados Unidos, da Europa Ocidental, do Japão e dos chamados Tigres Asiáticos. Uma prosperidade que deixou impressionado até o sr. Lula da Silva numa viagem que ele fez à Alemanha, no ano passado, quando ainda era candidato à Presidência da República.

É evidente que uma virada histórica como a que o presidente Collor está empreendendo, para quebrar um sistema viciado pelo paternalismo e pelo protecionismo, que perduraram durante mais de 20 anos, não se faz impunemente. Não se muda da noite para o dia uma "cultura inflacionária" tão arraigada e hábitos que têm origem nos tempos do Brasil Colônia. A mentalidade dos agentes e, conseqüentemente, a economia como um todo levam algum tempo para se ajustar.

O aumento dos preços de alguns produtos que foram retirados da lista da Sunab, os movimentos altistas do dólar no câmbio comercial e outros espasmos que certamente se registrarão durante esse período de adaptação não significam que o programa econômico de Collor esteja fracassando. São turbulências inevitáveis numa mudança tão profunda.

Os efeitos irreversíveis da política de liberalização são os que já podem ser sentidos pelo consumidor. Vários produtos importados estão sendo comercializados por preço mais barato que os similares brasileiros, cujos produtores terão de ganhar eficiência para continuar concorrendo. Em muitas cidades os donos de automóveis já pagam mais barato pela gasolina. Os revendedores de eletrodomésticos e eletrodomésticos, depois de haverem elevado seus preços em função da procura inicial gerada pelo Plano Collor, estão agora negociando com as indústrias novas condições de venda, forçados pela competição dos importados e pela retração dos compradores. E as indústrias, pelo mesmo motivo, renegociam com seus fornecedores para baixar seus custos. Quem ganha com isso é a massa dos consumidores.

Também na frente externa essa política já rende frutos. O Plano Bush para a América Latina, que inclui a meta de criação de um Merca-

do Comum das Américas, é o exemplo mais importante. É a visão adiantada de até onde pode ir o processo que está começando agora. Esperam-se novas boas notícias, nessa linha, no discurso do presidente americano, na reunião do Grupo dos Sete nesta segunda-feira. Para já, as praças financeiras mais importantes do mundo, onde trilhões de dólares giram diariamente à procura de bons negócios para investir, também começam a reagir às boas notícias vindas do Brasil e de alguns de seus vizinhos: acaba de ser lançado, em Londres, um fundo para investimentos em ações de empresas latino-americanas, que arrecadou, no primeiro momento, US\$ 75 milhões; outro fundo semelhante oferecido em Nova York já captou US\$ 114 milhões.

No front do comércio internacional, motor de todas as economias modernas, os negociadores brasileiros no Gatt, com a lista de produtos isentos de tarifas de importação pela nova política governamental nas mãos, ganham munição para pleitear vantagens correspondentes dos importadores de produtos brasileiros na próxima Rodada Uruguaia, o que, segundo o chefe de nossa delegação, embaixador Rubens Ricupero, aumentará sensivelmente os negócios do Brasil no Exterior.

Todos esses dados, registrados apenas uma semana após o anúncio das mudanças, já configuram, pela rapidez da resposta, a reabertura dos canais para os investimentos estrangeiros de risco no Brasil; dinheiro barato e sem juros, essencial para a retomada do nosso desenvolvimento, que sinaliza lucros crescentes em nossas trocas comerciais com o resto do mundo.

É este o quadro que não mudará — a não ser para melhor — se, no front político, sindical e empresarial, resistirmos aos percalços do período de adaptação sem lançarmos mão, mais uma vez, da interferência do Estado que, nos mais de 20 anos em que tentou substituir o mercado, só nos fez andar para trás.

Estamos perto demais da encruzilhada que nos poderá pôr no caminho que vem sendo trilhado por todas as economias que desfrutam do mais forte e duradouro surto de desenvolvimento já vivido pela humanidade para voltarmos atrás em nome de expedientes demagógicos, presos a fatores de momento. Ainda na sexta-feira, ao divulgar a inflação do mês de julho (11,7%), a Fipec, tomando por base a última semana do mês, quando os preços subiram apenas pouco mais de 1%, assinalava uma forte tendência de desaceleração da inflação, projetando para agosto uma inflação de apenas 5,7%.

Seria, portanto, desastroso para o País que a demagogia eleitoral de boa parte da classe política impusesse a volta da reindexação automática dos salários. Conjugada com um regime de portos e preços livres, ela provocaria inevitavelmente uma explosão da demanda, seguida de uma explosão da inflação e da queima de reservas em moeda forte, sem que preservasse, nem no médio prazo, o poder de compra dos salários, como ficou provado nos últimos 20 anos.

E, mais uma vez, morreríamos na praia.